

*LIVROS “ENCANTADORES”
POSSUÍDOS PELOS ESPÍRITO DE
SATÃ: A BIBLIOTECA DE SJ LUÍS
VIEIRA DA SILVA E OS AUTOS DE
DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA
MINEIRA (1789)*

“Enchanting” books possessed by the spirit of Satan: The library of SJ Luís Vieira da Silva and the Autos de devassa (Seizure Records) of Inconfidência Mineira (Minas Conspiracy) (1789)

Denilton Gabriel Ambrosio da Rocha

Eulália Maria Aparecida de Moraes

LIVROS “ENCANTADORES” POSSUÍDOS PELO ESPÍRITO DE SATÃ: A BIBLIOTECA DO SJ LUÍS VIEIRA DA SILVA E OS AUTOS DE DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA (1789)**“ENCHANTING” BOOKS POSSESSED BY THE SPIRIT OF SATAN: THE LIBRARY OF SJ LUÍS VIEIRA DA SILVA AND THE AUTOS DE DEVASSA (SEIZURE RECORDS) OF INCONFIDÊNCIA MINEIRA (MINAS CONSPIRACY) (1789)**

Denilton Gabriel Ambrosio da Rocha¹
Eulália Maria Aparecida de Moraes²

RESUMO

Em 1789, na Capitania de Minas Gerais um grupo de entusiastas pertencentes a elite mineira, alguns endividados, secretário do governo, ex-ouvidor da comarca, integrantes do clero e aquele que responderia pelo crime de lesa-majestade, o alferes Tiradentes, iniciaram um movimento que ficou conhecido como Inconfidência Mineira. Em 1981, Eduardo Frieiro publicou um ensaio de título “O Diabo na Livraria do Cônego” em referência aos livros da biblioteca do Cônego Luiz Vieira da Silva, que foram relatados nos Autos da Devassa da Inconfidência. Os autos de sequestro dos livros registraram uma numerosa e diversificada biblioteca para um cônego pobre – cerca de 270 obras, com cerca de 800 volumes, muitos dos quais de iluministas franceses. O melhor destino que os livros podem ter é “encantar”, “perturbar” e estimular a faculdade criadora. Desta forma, esta pesquisa objetivou proceder à parcial análise do escrutínio da biblioteca do cônego e refletir sobre: o que os intelectuais inconfidentes, de Vila Rica-MG, conheciam das ideias propostas na Encyclopédie iluminista francesa em finais do século XVIII? Para a compreensão dos caminhos da leitura e da escrita, como práticas sociais, utilizou-se o conceito de “circulação e apropriação dos textos” de Roger Chartier como referencial teórico/metodológico. Considerando a necessidade de levar ao conhecimento da sociedade elementos e personagens da sua própria História a pesquisa e a prática em ensino de História buscam renovar seus sentidos em um diálogo que possa se converter em História Pública.

Palavras-chave: Autos da Devassa; Inconfidência Mineira; Iluminismo; Jesuitismo; História Pública.

ABSTRACT

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Paranavaí, Paraná, Brasil. Estudante de iniciação científica (UNESPAR). Endereço para correspondência: Rua das Guianas, 708, centro, Santa Cruz de Monte Castelo, Paraná, Brasil, CEP: 87920-000. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8833-2581>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4036575354055790>. E-mail: denilton.gabriel545@gmail.com.

² Doutora pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Paranavaí; membro permanente do Mestrado Profissional em História (PROFHISTÓRIA) campus de Campo Mourão; Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História Pública (UNESPAR). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5885-1022> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8344111210044375>. E-mail: eulalia.moraes@unespar.edu.br.

In 1789, in the Captaincy of Minas Gerais, a group of enthusiasts from the Minas Gerais elite, some indebted people, the government secretary, the former magistrate of the region, members of the clergy and the one who would answer for the crime of lèse-majesté, Lieutenant Tiradentes, started a movement that became known as Inconfidência Mineira. In 1981, Eduardo Frieiro published an essay entitled “O Diabo na Livraria do Cônego” (The Devil in the Canon’s Library) in reference to the books in the library of Canon Luiz Vieira da Silva, which were reported in the Autos da Devassa da Inconfidência. The Seizure Records shows a numerous and diverse library for a poor canon who had 270 works, with around 800 volumes, many of them by French Enlightenment artists. The best fate that a book can have is to “enchant”, “disturb” and stimulate creativity. Thereby, this research goal is to carry out a partial analysis of the scrutiny of the canon's library and reflect on: what did the inconfidentes intellectuals, from Vila Rica-MG, know about the ideas proposed in the French Enlightenment Encyclopédie at the end of the 18th century? To understand the ways of reading and writing as social practices, Roger Chartier's concept of "circulation and appropriation of texts" was used as a theoretical/methodological reference. Considering the need to make society aware of elements and characters of its own History, the research and practice in History teaching seek to renew its meanings in a dialogue that can become Public History.

Keywords: Autos da Devassa (Seizure Records); Mining Confidence; Enlightenment; Jesuitism; Public History.

INTRODUÇÃO

Em 1788, sob a ameaça de cobrança da Derrama, alguns personagens importantes de Minas Gerais reuniram-se para ação conspiratória contra a Coroa Portuguesa. A reunião conspiratória constituía-se de entusiastas, magnatas endividados, advogados, juízes, magistrados, fazendeiros, membros de sociedade secreta, irmandades leigas e intelectuais que tiveram a oportunidade de serem enviados para a Universidade de Coimbra para estudos.

A Inconfidência Mineira é um exemplo de como acontecimentos históricos de alcance aparentemente limitado podem ter impacto na história de um país e não pode ser desvinculada de acontecimentos que fervilhavam na Europa; demonstra o começo da insatisfação de parte da Colônia com a administração da Metrópole, que posteriormente iria contribuir com a Emancipação Política do Brasil em 1822. O motivo do movimento se deu pelo fato de que a produção do ouro estava em declínio, entretanto, a Coroa continuava a adotar medidas para garantir a arrecadação do Quinto.

Segundo Boris Fausto (1996), aparentemente, a intenção da maioria dos inconfidentes era a de proclamar uma República, tomando como modelo a Constituição dos Estados Unidos. O poeta e ex-ouvidor Tomás Antônio Gonzaga governaria durante os primeiros três anos e depois disso haveria eleições anuais. Como objetivo dos inconfidentes, o Distrito Diamantino seria liberado das restrições que pesavam sobre ele, os devedores da Coroa seriam perdoados, a instalação de manufaturas, incentivada. Não haveria exército permanente. Em vez disso, os cidadãos deveriam usar armas e servir, quando necessário, na milícia nacional.

Entre esses personagens, o que talvez teve o pior destino no desfecho da Inconfidência foi o alferes Tiradentes, o mais podre dentre os inconfidentes. Sua morte na manhã de 21 de abril de 1792 demonstra como a Coroa era implacável para manter suas possessões colonizadoras na América Portuguesa sob seus domínios e evitar insurreições. Essa precaução se explicava pelo que vinha acontecendo no Sistema Colonial que estava colapsando, a exemplo da Revolução Americana em 1776, que recebeu grande influência do pensamento europeu crescente, principalmente do liberalismo de John Locke (LOCKE, 1689).

Dentre os inconfidentes, chama a atenção um Cônego: Luiz Vieira da Silva, cuja trajetória é o tema da presente pesquisa. O cônego foi ordenado padre em 1759, aos 24 anos, em cerimônia realizada em Mariana pelo Bispo Frei Manuel da Cruz. De origem pobre, porém, letrado, possuía fama de eloquente e tinha em sua posse uma vasta e diversificada biblioteca. Em 1981, Eduardo Friero publicou o ensaio de título “O Diabo na Livraria do Cônego” em referência aos livros da biblioteca do Cônego Luiz Vieira relatados nos Autos da Devassa da Inconfidência. Trata-se de uma diversificada biblioteca para um cônego pobre que possuía 270 obras, com cerca de 800 volumes, muitos dos quais de iluministas franceses (FRIERO, 1981).

No final do século XVIII, Luiz Vieira da Silva era um cônego da Catedral Basílica Nossa Senhora da Assunção, Igreja da Sé de Mariana, Minas Gerais. Possuidor de uma monumental biblioteca particular, Luís Vieira recebeu diversos elogios. Foi considerado por Noberto de Sousa

Silva, em sua obra *História da conjuração Mineira* (1873, p. 354), o mais instruído e o mais eloquente de todos os conjurados. E Alberto Faria foi mais longe quando, em sua obra *Aérides* (1917, p. 225), considerou o Cônego “a maior ilustração colonial da época”, id est, a pessoa mais instruída do Brasil em fins do século XVIII. A reconhecida eloquência do cônego granjeava-lhe convites para ser orador em cerimônias importantes. Contudo, pesava sobre ele algumas acusações como seja: a prática de simonia, introdutor das práticas maçônicas e de ter uma vida pessoal incompatível com o exercício sacerdotal – era de conhecimento geral que tinha mulher e uma filha (FRIEIRO, 1981).

Foi preso sob a acusação de liderar o movimento de conspiração em Minas Gerais, “A Inconfidência Mineira”, quando tinha 54 anos. Em sua casa foi encontrada uma vasta biblioteca com alguns livros que, particularmente, tornaram-se prova de seu envolvimento na insurreição mineira. Sua biblioteca foi tomada como um símbolo de revolta e desobediência às autoridades da Metrópole portuguesa. É justamente no ensaio “O diabo na Livraria do Conego” que Eduardo Frieiro (1981) analisa o confisco da biblioteca do cônego e a repercussão, nos Autos da Devassa, para os considerados “livros proibidos” encontrados na casa do inconfidente cônego.

As ideias francesas haviam sido apropriadas por alguns brasileiros distintos naqueles tempos de irradiação das ideias Iluminista por toda a Europa, ao passo que, nesse contexto, as colônias Inglesas na América já haviam se emancipado em 1776. É claro que, como em qualquer parte, esses personagens representavam uma reduzida minoria. Era privilégio para poucos o conhecimento a respeito da ciência política. Mas, não se pode negar que esses ideais influenciaram o pensamento autonomista dos conjurados mineiros, junto com as razões mais efetivas, no sentido econômico, como o medo da derrama, o sentimento nativista e regionalista, junto com a aversão aos portugueses.

Ao relacionar essa perspectiva com o ensino de História nas mídias, percebe-se que trazer os debates e as pesquisas para o público não é apenas uma divulgação ou comunicação, mas uma busca pela formação de um público que consuma e se atente para essas ações. Em entrevista, Joel Paviotti

(2020, p. 184), afirma que trabalhar com as mídias sociais para fazer divulgação científica é “um trabalho muito difícil. Mas que afina a comunicação, o diálogo e acaba [...] proporcionando a capacidade de identificar certos tipos de pessoas e discursos que aperfeiçoam nosso trabalho [...]”. Souza (2020, p. 143), aponta que “a disseminação da pesquisa histórica é um elemento essencial para a constituição do pensamento sobre História Pública”. Nesse sentido, o historiador precisa ser sedutor nas suas ações com o público, a exemplo das mídias sociais, mas não pode perder o seu rigor científico.

O artigo está disposto a partir de uma breve introdução ao objeto e ao período estudado ao longo do mesmo. Em seguida se tem o aporte teórico utilizado para embasar a discussão realizada entre o objeto pesquisado e a historiografia contemplada, bem como a metodologia que foi empregada nessa elaboração. Nas análises e resultados contextualiza-se o que Roger Chartier chamou de sonho das luzes e como o objeto pesquisado adequa-se a ele, bem como a gênese da Companhia de Jesus e algumas de suas ações. A partir disso o texto apresenta a discussão sobre o cônego Luiz Vieira da Silva e sobre a sua desvirtuada biblioteca, encerrando-se a discussão com uma breve conclusão sobre as investigações.

REFERENCIAL TEÓRICO

A obra *A Aventura do Livro* (1998) de Roger Chartier traz importante contribuição para a compreensão das revoluções que aconteceram ao longo da história da leitura. Para o autor a última revolução são as leituras pelos meios eletrônicos. Ao longo de seu livro, Chartier, além de expor sobre as transformações decorrentes dessas revoluções, também deixa para os historiadores várias práticas teóricas que possibilitam o trabalho com esse tipo de fonte, que é o próprio livro e o que vem em seu contexto. Esta obra guiou o olhar analítico sobre o objeto, seu contexto e seus elementos.

Para ele, o historiador que lança mão ao uso de textos em sua pesquisa deve sempre levar em consideração – de maneira crítica –, o escritor, a via de distribuição do texto, o momento em que foi escrito e recebido, além de atentar para as prováveis influências que o texto impõe ao seu leitor. O autor salienta que “o historiador deve poder vincular em um mesmo projeto o estudo da produção, da transmissão e da apropriação dos textos. O que quer dizer manejar ao mesmo tempo a crítica textual, a história do livro, e, mais além, do impresso ou do escrito, e a história do público e da recepção” (1998, p. 18).

Do mesmo modo, para o autor, cada leitor irá receber e compreender o texto de maneiras diferentes, em lugares e momentos díspares. Chartier evidencia isso quando demonstra que “[...] todo leitor diante de uma obra a recebe em um momento, uma circunstância, uma forma específica e, mesmo quando não tem consciência disso, o investimento afetivo ou intelectual que ele nela deposita está ligado a este objeto e a esta circunstância” (1998, p. 70). Além disso, diz que “o texto implica significações que cada leitor constrói a partir de seus próprios códigos de leitura, quando ele recebe ou se apropria desse texto de forma determinada” (1998, p. 152). O historiador, dessa forma, deve estar atento a essas significações que os leitores atribuem aos textos.

Em sua obra, Roger Chartier ainda expõe acerca dos escritores, antes de comentar sobre os textos em si, e os lugares de sua leitura. É nesse momento que o autor diferencia que Roger Chartier expõe sobre a diferença entre um escritor comum, que apenas escreve, mas não tem textos publicados ou em circulação, e um escritor de nome (oficial), que escreve para publicar e circular os seus textos. Com isso ele demonstra, baseando-se em Foucault, sobre quando os autores começaram a ter importância e peso aos textos:

As primeiras ocorrências sistemáticas e ordenadas alfabeticamente de nomes de autores encontram-se nos índices dos livros e autores proibidos, estabelecidos no século XVI pelas diferentes faculdades de teologia e pelo papado, e depois nas condenações dos Parlamentos e nas censuras dos Estados. É isso que Foucault chama de “apropriação penal dos discursos” - o fato de poder ser perseguido e condenado por um texto considerado

transgressor. Antes de ser o detentor de sua obra, o autor encontra-se exposto ao perigo pela sua obra (CHARTIER, 1998, p. 34).

Na obra *A Escrita da História* (1982) de Michel De Certeau, o autor, expõe sobre a historiografia e a produção da História. Nesse sentido, a nossa intenção em escrever sobre o esclarecimento jesuíta leva à percepção de como, na América Portuguesa, já havia uma sintonia com a crescente cientificidade do século XVIII. Ademais, permite direcionar um novo olhar sobre a história, não somente pelo olhar vencedor, colonizador. Nas palavras de Certeau “a escrita da história é o estudo da escrita como prática histórica” (1982, p. 9). Michel de Certeau define a Historiografia da seguinte maneira:

Ela tem valor de modelo científico. Não se interessa por uma "verdade" escondida que seria necessário encontrar; ela constituiu símbolo pela própria relação entre um espaço novo, recortado no tempo e um modus operandi que fabrica "cenários" susceptíveis de organizar práticas num discurso hoje inteligível – aquilo que é propriamente "fazer história " Indissociável, até agora, do destino da escrita no Ocidente moderno e contemporâneo, a historiografia "tem, entretanto, esta particularidade de apreender a invenção escriturária na sua relação com os elementos que ela recebe, de operar onde o dado deve ser transformado em construído, de construir as representações com os materiais passados, de se situar, enfim, nesta fronteira do presente onde simultaneamente é preciso fazer da tradição um passado (excluí-la) sem perder nada dela (explorá-la por intermédio de métodos novos) (CERTEAU, 1982, p. 17 – 18).

Sobre a História, Certeau apresenta a relação entre passado e presente. O historiador, enquanto lança-se para estudar acontecimentos no passado, permanece sendo um sujeito do presente. É por suas inquietações no presente que o historiador se volta ao passado. O passado é o objeto de estudo do historiador, mas é no presente que está a sua prática. Partindo disso, o autor expõe que “assim, fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não para de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas” (1982, p. 46). Portanto, é comum que o historiador encontre vestígios ou elementos

de seu presente em seu objeto de estudo, que é o passado. Mas, é graças ao seu objeto de estudo que o historiador pode lançar-se a compreender o seu lugar de prática, que é o presente.

Michel de Certeau também afirma que "fazer história" é uma prática (1982, p. 77). A História, desse modo, guia e coloca a sociedade "de ponta cabeça". Pode ocorrer que grandes grupos ou indivíduos procurem na História acontecimentos que legitimem a sua autoridade ou permanência no poder. Então, ao se deparar com a ideia que afirma "sempre foi assim, e sempre foi bom deste modo", o historiador parte disso para dizer que "nem sempre foi assim, e, certamente, não foi tão bom". Ele vai à procura daquilo que querem manter nas sombras do esquecimento.

METODOLOGIA

A pesquisa ateve-se à relação das obras que figuram na biblioteca do Cônego Luiz Vieira da Silva, uma vez que pesa sobre elas a acusação de desvirtuarem os intelectuais da inconfidência em finais do século XVIII. A análise conduziu para a hipótese de que algumas obras estavam dentro de uma classificação iluminista e que poderiam ter influenciado os "Inconfidentes das Minas", considerando a crise do antigo regime que se instalara na Europa, por conta da crítica que os iluministas faziam a esse sistema político e econômico.

Tendo em vista que os ideais de liberdade iluminista atravessara o oceano Atlântico culminando com a independência dos Estados Unidos, e na Europa instaurou-se a Revolução Francesa, a pesquisa fez uso do conceito de apropriação. De acordo com o argumento teórico de Roger Chartier, o conceito de apropriação na História Cultural ajuda a pensar as diferentes realidades sociais construídas em diferentes lugares e momentos, acrescentando que a História Cultural trabalha com a História dos livros, dos textos e da leitura, o que permite uma análise das representações sociais do período em estudo.

ANÁLISES E RESULTADOS

O sonho das Luzes...

No final do século XVIII, a crise do antigo regime já se instalara na Europa em razão da crítica que os iluministas faziam ao antigo regime, entre outros fatores. Se compreendermos que sem a divulgação de panfletos e a publicação de livros essas críticas não chegariam a ser revolucionárias, logo será notado a importância da escrita naquele contexto.

Chartier, ao comentar sobre as revoluções que houve na escrita, graças as contribuições de Gutenberg com a invenção da impressão, nos quanto “o custo do livro diminui, através da distribuição das despesas pela totalidade da tiragem, muito modesta aliás, entre mil e mil e quinhentos exemplares” (CHARTIER, 1998, p. 7). De tal modo, torna-se mais fácil a aquisição de livros, o que permitirá uma acessibilidade expressiva ao conhecimento por maior parte da sociedade. Essa disseminação de livros, o contrabando, a perseguição, tornam os livros “libertino” mais interessantes de serem procurados para serem lidos. Esta é uma das revoluções que são primeiro apresentadas por Chartier: a invenção da impressão de Gutemberg.

Esta invenção marca, na história da leitura, a passagem dos manuscritos para os livros impressos. Segundo Roger Chartier, os manuscritos resistiram à invenção de Gutenberg até o século XVIII, e mesmo o XIX, não promovendo uma ruptura direta entre manuscritos e a imprensa, como se acreditava: “Para os textos proibidos, cuja existência devia permanecer secreta, a cópia manuscrita continuava sendo a regra” (CHARTIER, 1998, p. 9).

Além das revoluções, Chartier fala sobre os autores, as editoras, os leitores, as vias de disseminações dos livros, as bibliotecas, a leitura etc. O autor, escrevendo sobre as transformações do mundo da leitura, descreve sobre qual seria o papel do crítico em uma leitura de texto eletrônico e aponta que seria, de certo modo, o sonho das Luzes, ou até mesmo do próprio século XVII, pois este papel foi ampliado na medida em que todo mundo pode tornar-se crítico. Dessa maneira, o

Cônego, objeto de nossa pesquisa, teria liberdade, e certo dever de manter um olhar crítico às obras iluministas que estavam sob seu domínio:

Este foi o sonho das Luzes e, talvez, o do fim do século XVII: por que todo leitor não poderia ser considerado capaz de criticar as obras, fora das instituições oficiais, das academias, dos sábios? É a querela dos Antigos e dos Modernos, na França, no fim do século XVII, que faz nascer a ideia segundo a qual cada leitor dispõe de uma legitimidade própria, do direito a um julgamento pessoal (CHARTIER, 1998, p. 17).

De tal modo, podemos olhar para as obras sob a posse do Cônego, relatados nos Autos da Devassa e propor quais pensadores iluministas – proibidos – compunham a mentalidade desse jesuíta esclarecido. Chartier afirma que “o direito de exercer a censura e a definição daquilo sobre o que ela deve ser exercida são sempre objeto de rivalidades agudas, muito reveladoras das tensões sócio-políticas que marcam uma sociedade em um momento dado de sua história” (1998, p. 38). Assim, ao analisar a intenção dos Autos da Devassa, a censura das obras iluministas e liberais, entenderemos que a Coroa se lançou a defender o Sistema Colonial.

Este Sistema estava em crise e em declínio, por conta das emancipações que estavam ocorrendo entre outras colônias e suas metrópoles nas Américas. Além de que as colônias estavam tomando interesse pelo pensamento das Luzes e pelo pensamento Liberal. A censura estava, então, presente para evitar que acontecesse insurreições e uma eventual emancipação política da América Portuguesa com a sua Metrópole, sob a influência, principalmente, da independência das Treze Colônias, em 1776, e da Revolução Francesa, em 1789.

A gênese da companhia de Jesus e algumas ações

Filhos de Loyola e Companhia de Jesus, são alguns dos nomes empregados aos jesuítas. Em *A História Secreta dos Jesuítas* (2000), Edmond Paris aponta que a Igreja Católica possui o objetivo de reunir sob o seu domínio todas as nações da Terra. Esse domínio, segundo o autor, tem novos

obstáculos, como a “laicização” e a queda do domínio dos “dogmas”. Partindo disso, Edmond exibe que

A tarefa é de preservar ou adquirir, defender ou atacar e, na frente de batalha, está a força de combate da Companhia de Jesus - os jesuítas. Essa companhia não é secular nem regular nos termos de seus estatutos; é, no entanto, um tipo sutil, intervindo quando e onde for conveniente, dentro e fora da Igreja. Resumindo: “A Companhia de Jesus é o agente mais qualificado, mais perseverante, mais destemido e mais convicto da autoridade papal”, como a descreveu um de seus melhores historiadores (PARIS, 2000, p. 7).

Edmond descreve a trajetória que antecede a criação da Ordem por, após romanizado o seu nome, Ignácio de Loyola. Segundo ele, a respeito de Ignácio, como é o caso de muitos heróis da Igreja Católica Romana, era necessário um golpe físico violento para mudar sua personalidade. Esse golpe veio quando, sendo soldado defendendo Pampeluna contra os franceses, comandados pelo conde de Foix, teve a perna quebrada por um tiro, foi levado pelos franceses a seu irmão, Martin Garcia, no castelo de Loyola, iniciando-se o martírio das cirurgias sem anestesia, pois o trabalho não havia sido bem feito. Sua perna foi quebrada novamente e recolocada no lugar. Apesar de tudo isso, Ignácio acabou ficando coxo.

Um ano após a fundação da ordem da Companhia de Jesus, o fundador e seus apoiadores, que havia planejado uma cruzada para a Terra Santa afim de converter os infiéis, encontraram-se com o papa que, junto com o imperador alemão e a República de Veneza, mostrou-lhes que o projeto era inviável. Por esse motivo, Ignácio de Loyola e seus companheiros dedicaram-se aos trabalhos missionários em terras cristãs. Sobre a confirmação dos estatutos da Companhia de Jesus e as suas primeiras designações, disposição papal enquanto ferramenta religiosa e política do Vaticano o autor informa que:

Os estatutos da Companhia de Jesus foram finalmente definidos e aprovados em Roma por Paulo III, em 1540, e os jesuítas se colocaram à disposição do papa, prometendo obediência incondicional. Ensino, confissão, pregação e obras de caridade foram o campo de ação para essa nova Ordem. Quanto as missões no estrangeiro, não foram excluídas

pois, em 1541, Francisco Xavier e dois companheiros deixaram Lisboa em direção ao Extremo Oriente, a fim de evangelizarem. Em 1546, o lado político da carreira deles foi lançado, quando o papa escolheu Lainez e Salmeron para o representarem no Concílio de Trento, na condição de "teólogos papais" (PARIS, 2000, p. 19).

De qual modo os jesuítas eram usados como ferramenta pelo Vaticano? Os jesuítas tinham como um de seus objetivos afirmar o "ultramontanismo" para manter o "universalismo", por isso estavam à disposição do papa. Ignácio queria manter a Ordem completamente sob as ordenanças do vigário de Cristo. Os jesuítas tinham que olhar os soberanos, pois esses eram representantes temporais do "Santo Papa". Se esses continuassem a fazer a vontade da Igreja se submetendo a ela, teriam os jesuítas como seus defensores. No entanto, se fizessem algo que contrapunha os desejos da Igreja, os jesuítas poderiam propor grande enfrentamento. O jesuitismo se expande juntamente com a Inquisição moderna. Enquanto a Inquisição quebra o corpo, o jesuitismo quebra a alma através da máquina de Loyola, a sua compreensão da funcionabilidade do controle da imaginação dos homens. Para Edmond, uma autossugestão controlada.

Os jesuítas dedicavam-se completamente ao seu prior. Essa era a sua "libertação de si mesmo", pois estava totalmente dedicado ao seu superior. Viam em seu líder não mais uma figura humana, mas a figura do próprio Cristo. Isto porque o seu líder havia sido enviado e escolhido pelo próprio Deus e sua função era obedecê-lo. Constrói-se a ideia do quanto eram esforçados em sua disciplina, em certos momentos, comparados à disciplina militar. A obediência e dedicação dos jesuítas iam além de suas vontades e desejos. Sobre a disciplina jesuíta e a sua comparação em relação à disciplina militar, tem-se os seguintes apontamentos de Edmond Paris:

A disciplina da Ordem, tão frequentemente aproximada à das Forças Armadas, nem pode chegar a ser comparada à realidade. 'A obediência militar não é equivalente à obediência jesuítica. A última é muito mais abrangente, pois assume o homem inteiro e não está satisfeita, como a primeira, apenas com o ato exterior, mas requer o sacrifício da vontade pessoal e o abandono da própria capacidade de julgar' (PARIS, 2000, p. 20).

Essa atividade jesuíta tão rigorosa assustava os poderes civis. De tal modo que foram expulsos da maioria dos países em que estiveram. A Ordem encontrou, portanto, maior facilidade em Portugal, opostamente à Espanha e à França, em que a penetração dos jesuítas foi mais lenta. Em Portugal e na Polônia a Ordem encontrou maior poder e melhor se estabeleceu. Essa influência era vista como perigosa para o Estado, nessa relação próxima com a Igreja. Por isso, Edmond explica que “na verdade, podemos ver os resultados disso pelo estado de decadência em que essa terra desafortunada caiu. Toda a energia e perspicácia do Marquês de Pombal foram necessárias, no meio do século XVIII, para arrancar Portugal das garras mortais da Ordem” (2000, p. 25).

Sobre o Cônego Luiz Vieira da Silva

Eduardo Frieiro, em sua obra *O Diabo na Livraria do Cônego* (1981), afirma expor um tímido ensaio bibliográfico à margem da *Inconfidência Mineira*, não sendo apenas um conto. O Cônego mencionado é Luiz Vieira da Silva. E, a respeito deste Cônego inconfidente, não se sabe muito. Sobre a ausência de excessos de informações, Eduardo Frieiro nos afirma que:

E nossa ignorância seria talvez total, se não fossem as trágicas circunstâncias que o fizeram cair nas unhas implacáveis da justiça política. Que era uma cabeça sólida e um caráter de têmpera forte parece demonstrado pela firmeza e dignidade com que respondeu aos interrogatórios a que foi submetido na Devassa, enquanto os outros implicados, à exceção de dois ou três, procediam com incrível fraqueza e leviandade, já agravando a culpa de que os acusavam, já não vacilando na acusação dos próprios companheiros (FRIEIRO, 1981, p. 14).

O cônego Luiz Vieira da Silva, instruído e considerado eloquente conjurado mineiro, nasceu no Arraial da Soledade, capela filial de Congonhas do Campo em 20 de fevereiro de 1735, sendo seus pais Alferes Luís Vieira Passos, que vivia da lavoura e do ofício de carpinteiro, sua esposa Josefa Maria do Espírito Santo, ambos portugueses que se conheceram no Brasil. Com quinze anos entrou

para o Seminário de Mariana permanecendo por dois anos. No Colégio dos Jesuítas em São Paulo completou seus estudos graduando em Filosofia e Teologia Moral. Exercia o sacerdócio no Seminário Episcopal de Mariana regendo a cadeira de Filosofia, a seu cargo, até ser preso sob a acusação de conspiração contra a Coroa portuguesa (FRIEIRO, 1981).

Já em 1792, o cônego foi enviado a Portugal para cumprir pena de prisão perpétua na fortaleza de São Julião, onde muito jesuítas que saíram expulsos do Brasil cumpriram pena, mas Luiz Vieira da Silva passou por diferentes conventos até o final de 1801, quando regressou ao Brasil porque ganhara a liberdade. No Brasil, foi viver em Angra dos Reis até a morte. Segundo Eduardo Frieiro, sobre o cônego há poucas informações que não sejam aquelas registradas pelos “Auto da Devassa da Inconfidência”. Consta nos Autos, fonte de informações sobre os inconfidentes, que Luiz Vieira da Silva era cônego de Mariana e quando foi preso tinha a idade de cinquenta e quatro anos, além de ter mãe que vivia em condição de extrema pobreza em companhia de duas filhas solteiras no Arraial de Ouro Branco.

Nunca foi casado. Entretanto, era pai de uma filha, informação que não causava espanto naqueles tempos, tempos de tolerância nesse sentido da moral e costumes, sobretudo para aqueles que haviam feito os votos de celibato sacerdotal. Há algumas considerações sobre o cônego como, por exemplo, que era escolhido em ocasiões especiais para a oratória, sendo considerado nos registros dos Autos como eloquente. De resto, excetuam-se alguns apontamentos de reserva em relação à conduta do sacerdote e homem do mundo. Acusado que fora de simonia e de conspiração contra o poder público, e durante o período de desterro, em Portugal, ter granjeado algumas inimizades. Ficaram os indícios de que, para aquele período, os cônegos de forma geral não eram modelos de virtudes sacerdotais. É o que se lê, na opinião do Cônego Raimundo Trindade, historiador da Igreja marianense, em sua obra *Arquidiocese de Mariana*, segunda edição, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1953, Vol. I, p. 153.

A biblioteca do Cônego

Segundo Frieiro (1981), Luiz Vieira da Silva era um homem de poucas posses, como prova a relação de seus bens sequestrados pelas autoridades da Devassa, mas o Cônego possuía uma livraria muito bem abastecida, notável para o tempo e o lugar. A lista dos livros sequestrados mostra que o seu detentor era alguém com espírito altamente cultivado e receptivo, uma inteligência aberta aos mais variados aspectos do saber. De maneira geral, no Brasil ainda não havia ensino universitário ou uma única tipografia, diferente da América espanhola, que conheceu a imprensa e a Universidade celeremente. Mas havia, aqui ou ali, homens ávidos de saber, contagiados pelo “furor de aprender” que caracterizavam a última metade do século XVIII. Não se sabe, com plena certeza, como nos afirma Frieiro (1981), se o cônego marianense participou efetivamente de um intento de revolta contra o governo da Metrópole. Ele era, sem dúvidas, um patriota que acreditava na implantação, mais cedo ou mais tarde, de um governo independente no Brasil, a exemplo do que se dera nos Estados Unidos da América, em 1776.

Frieiro nos expõe que não é arriscado afirmar que os intelectuais de Vila Rica leram tudo o que quiseram ler. Podemos dizer que o Cônego Luiz Vieira, a julgar pelos livros que possuía, leu e respirou o melhor do espírito da sua época. Não havia, então, censura ou algum tipo de obstáculo imposto pelas autoridades da Colônia sobre os livros que chegavam ao Brasil? Bom, em todos os lugares e épocas as autoridades criaram oposições à circulação dos escritos tidos como perigosos, o que, é claro, nunca impediu que tais escritos fossem lidos. Para Eduardo Frieiro, não muito divergente da América espanhola, na América portuguesa, não se sabe por quais meios certos livros, apesar das proibições, chegavam às mãos de leitores; o fato significativo é que chegavam. Caso excepcional? Provavelmente não. Um letrado pobre, como era o Cônego, tinha em sua casa, nos sertões das Minas Gerais, duzentas e setenta obras, com cerca de oitocentos volumes. Eduardo Frieiro salienta que

Essas centenas de volumes representavam uma biblioteca magnífica para a época e lugar. Para qualquer lugar naquela época, acrescenta-se logo, pois deve-se levar em conta que no tempo de Luís Vieira da Silva as livrarias particulares, mesmo na Europa, não eram consideráveis. A de Kant, por exemplo, não passava de trezentas obras. Um século antes, Spinoza tinha apenas cento e sessenta (FRIEIRO, 1981, p. 20).

Era pouquíssimo, aparentemente, segundo Frieiro, o que se podia articular contra o Cônego. O mesmo sucedia com os outros implicados, excetuado sem dúvidas o Tiradentes, o qual, afirma Frieiro (1981), falava demais e pagou por isso. Eduardo apresenta uma carta fragmentária, sem assinatura, escrita de um ponto da comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais, a um correspondente seu em Portugal, atualizando sobre os fatos ocorridos na conjuração mineira. O trecho exposto por Frieiro é o seguinte:

Foi preso Luís Vieira, cônego da Cidade Mariana. Dizem que a sua culpa se limita a terem-lhe achado um livrinho francês, relativo ao levante desta terra, no qual se diz que podiam os habitantes viver sobre si, sem dependência do comércio para o nosso reino, à imitação do que fizeram os Americanos aos Ingleses (FRIEIRO, 1981, p. 21).

O Cônego era um letrado e, como se sabe, é entre estes que se encontram os dissidentes e inconformados, os heréticos, os que, sob uma aparente indiferença pelas coisas da terra, conjeturam no cérebro a subversão e até a destruição da sociedade, como afirma Eduardo Frieiro. De qualquer forma, não era por nada que se desconfiava do Cônego. Ele era um ideólogo, um intelectual, pertencia a uma espécie de indivíduos que já então parecia suspeita aos sustentáculos da própria Ordem. E em sua biblioteca, antro de perdição, havia livros perigosos e incendiários. O espírito da Revolta – o espírito de Satã – havia entrado nesta biblioteca, sorrateiramente escondido nas obras dos escritores e filósofos que discutiam o regime que convinha impor aos povos para fazê-los felizes, benignos e amigos das luzes. Assim, para Frieiro (1981), o Diabo, o grande Doutor Herético,

insinuara-se ali sob o seu melhor disfarce, a letra de imprensa, para perturbar e perder o bom Cônego, e efetivamente o perdeu.

Na biblioteca do Cônego Luiz Vieira da Silva, segundo Eduardo Frieiro (1981), havia livros em que neles habitavam espíritos “encantadores”, e alguns nada católicos, que precisavam de água benta. Não sabemos ao certo até que ponto o Cônego se deixou “encantar” com eles, mas, com certeza, se, como parece certo, o encantaram e perturbaram, é porque eram bons. Como bem salienta Eduardo Frieiro: “O destino dos livros melhores é esse: o de encantar e perturbar, excitando magicamente a fantasia, o de fecundar e estimular a faculdade criadora do espírito, irmanando o sonho com a ação” (1981, p. 23).

Compreende-se da afirmação que, um bom livro ou bom texto, aguça a nossa tendência em busca de mais conhecimento, não fazendo com que nos contentemos com informações ou elementos superficiais. Pelo estímulo que recebemos, ou até mesmo o desafio proposto pelo mesmo, faz com que surja em nós o interesse e o desejo de ir a fundo sobre o assunto. Partindo disso, podemos concordar com Eduardo Frieiro em pensar que no tempo do Cônego inconfidente, os livros mais famosos do século de Voltaire, que propagavam o enciclopedismo, o racionalismo e o espírito da Revolução, tinham capacidade de fazer agir os espíritos e eram tidos como perigosos e podiam comprometer a quem os lesse.

No levantamento que Frieiro faz das obras de posse do Cônego, tem-se a seguinte informação: das 270 obras, aproximadamente 800 volumes, mais da metade era em latim, cerca de 90 em francês, pouco mais de 30 em português, 5 ou em italiano e outras tantas em espanhol, além de 24 livros em inglês que figuram na relação englobadamente sem indicação de títulos nem autores. Certamente outros volumes pudessem estar emprestados ou perdidos, além de 3 ou 4 que não pertenciam a ele. Como é notável, o melhor na livraria de Luiz Vieira da Silva não é a quantidade, mas a qualidade das obras agregadas. Possuía livros para todos os gostos (formação, informação, edificação, recreio, propagandas de novas ideias, etc).

Na livraria do Cônego achavam-se os seguintes dicionários e léxicos, segundo o levantamento feito por Frieiro: um Calepinus Septem Linguarum, em dois volumes; o Dictionnaire italien-françois, de Veneroni, nome italianizado de Jean Vignerón, que fazia passar por florentino e fizera nome como professor de italiano, tornando-se secretário-intérprete do rei da França; um dicionário português-francês, outro português-latino e outro alemão-francês-latino, assim como um Vocabulario de las dos lenguas toscana y castellana, o Dictionnaire Latin-françois de Petrone e o Dictionnaire François-anglois et anglois-françois, de Boyer. Também como obras de consulta, em forma de dicionários, possuía o Dictionnaire universal d'histoire naturel, de Valmont de Bomare, seis volumes; o Nouveau Dictionnaire historique, seis volumes: o Nouveau Dictionnaire des Sciences, o Dictionnaire géographique, L'Encyclopédie de Diderot e d'Alembert (só dois volumes relacionados), e ainda dois volumes do Dictionnaire historique des cultes religieux e dois do Dictionnaire des hérèses, do abade Adrien Pluquet, amigo de Fontenelle, Montesquieu, Helvetius. Além de outras obras de informação e estudo, entre as quais uma Gramática inglesa e um volume de Graece Linguae Radices.

De muitas obras, após os autos do sequestro, foram mutiladas partes pelos escrivães e pelo copista do manuscrito dos Autos. Como, por exemplo, os dicionários mencionados sem indicação de autores: Nouveau Dictionnaire historique e o Dictionnaire géographique. Além disso, existiam em boa quantidade obras elementares de ciências e conhecimentos uteis, tratados de Física, Geometria, Astronomia, História natural, Geografia, noções de Agricultura e de Arte militar, manuais de Matesiologia e de Docimasia etc., a maior parte em francês. Naturalmente, as obras de Teologia, Direito Canônico, Liturgia, Embriologia sacra, Exegese e Apologística cristãs, casuística e outras da mesma índole sacra, eram numerosas. Presente, também vários oradores profanos e sacros, como Demóstenes, Cícero e Bossuet à frente, assim como as obras completas, em latim, dos doutores da Igreja: Santo Ambrósio, São Jerônimo, Santo Agostinho, Santo Tomás, São Bernardo e São Gregório Magno.

Na biblioteca do Cônego estavam várias obras de Filosofia, Metafísica e Lógica, que não podiam faltar na mesa de trabalho de um antigo lente de Filosofia: a Summa Theologica de Santo Tomás, a Philosophia peripatética de Mayr, Eléments de Métaphysique do padre jesuíta Para du Phanjas, a Lógica de Luís Antônio Verney, as Disputationes Metaphysicae do padre jesuíta Silvestre Aranha, a Metaphysica e a Lógica de Antonio Genovesi (Genuense), criador da Economia Política na Itália, filósofo eclético (dos que tentavam conciliar Bacon e Descartes, Locke e Leibniz), censurado em Roma por algumas de suas opiniões teológicas; a Philosophia mentis e os elementos Metafísicos de Brescia (Brixia), o Compendium Philosophicum Thologicum de Manuel Inácio Coutinho e um manuscrito de Postilas de filosofia, que seriam as do próprio Cônego destinadas aos seus alunos (AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira, v.II. 2016, pp. 49 -58).

Além disso, existiam na sua biblioteca algumas obras excelentes de Medicina. Curioso de tantos ramos do saber humano, era natural que também o fosse da ciência médica. Com uma escassez de médicos e cirurgiões em todo o país, muitos sacerdotes praticavam a medicina e vendiam mezinhas e boticas, às vezes em forma bem ativa e rendosa. Pode-se, pois, admitir que o Cônego socorria o próximo com as suas luzes de entendimento na arte de curar.

Eduardo Frieiro (1981) destaca: o cônego era pobre. Certamente, sua fortuna e riqueza estavam em sua biblioteca e provavelmente não ambicionaria outra. Sábio como era, entendia que o conhecimento valia mais que os bens materiais e seu saber o consolava disso. Eduardo (1981) destaca: “Que inteligente leitor foi Luís Vieira da Silva! Na sua livraria, todas as áreas do conhecimento estavam bem representadas e, em alguns casos, estavam muito bem representadas”. E percebe-se os sinais de seu apreço à antiguidade clássica e aos melhores clássicos franceses e portugueses. Também se nota como era natural o gosto pela literatura que no século XVIII tomara por toda a parte um caráter científico, filosófico ou utilitário que sufocava o poético, criador e lírico.

Dos autores imortais da antiguidade clássica existiam na livraria do cônego: Virgílio, Horácio, Suetônio, Júlio César, Quinto Cúrcio, Ovídio, Terêncio, Catulo, Tibulo, Propércio,

Cornélio Nepos, Ausônio, Manílio, Quintiliano, Sêneca, e as orações de Demóstenes em latim. Entre os clássicos portugueses, viam-se os quinhentistas Sá de Miranda, Camões (Os Lusíadas, com as notas de Faria e Sousa), Barros e Diogo do Couto (Décadas) e Diogo Bernardes (O Lima), e o seiscentista Gabriel Pereira de Castro (Ulisséia, ou Lisboa edificada). Dos setecentistas, Luís Antônio Verney (Obras, Lógica), Dom Antônio Caetano de Sousa (Memórias históricas e genealógicas dos Grandes de Portugal), Padre Antônio Pereira de Figueiredo (Compêndio das épocas). Só havia uma obra de escritor nascido no Brasil: o Orbe Seráfico, de Frei Antônio de Santa Maria Jaboaão. Dos clássicos franceses, Racine, Bossuet, Voltaire, Fénelon, Montesquieu, Marmontel, Anacreonte, Milton, Klopstock e Cordomi. Da Espanha, um único escritor, e esse mesmo por ser divulgador de ideias francesas, o Padre Benito Jerónimo Feijoo.

Para aqueles que não queriam ou não podiam viajar, escreviam-se livros mais ou menos documentados e pitorescos. Essa literatura entrou também na livraria do Cônego Luiz Vieira da Silva e ali se achava representada principalmente pelo livro de Robilon e Banks, Voyages autor du monde, em quatro volumes, e por outro muito anterior à dromomania do século XVIII, o intitulado *Novus orbis regionum ac insularum veteribus incognitarum*, compilação de narrativas de viagens moderna, tomadas a diversos viajantes, pelo célebre teólogo e filólogo protestante Simon Grynaeus, amigo de Erasmo e Melanchton. Sobre geografia o Cônego tinha dois dicionários, ambos em francês. Nota-se um gosto particular pelas ciências naturais. O Cônego possuía também obras de História Natural, como, por exemplo, *Dictionnaire universal d'histoire naturel*.

Segundo Eduardo Frieiro (1981), era grande a difusão e a influência da ciência. O estudo das ciências experimentais penetrava no ensino. Na opinião de um filósofo da época, a Física era uma das mais nobres e virtuosas ocupações do espírito humano. Percebe-se, aqui, a cientificidade do século XVIII já em seus finais e como a instrução havia se tornado uma febre. Como percebemos, e ainda nos lembra Frieiro (1981), o homem era curioso de tudo, e de tudo havia um pouco entre os seus livros, que ele teria adquirido sabe Deus com que dificuldades.

Como expõe Frieiro (1981), havia em todos um grande desejo de se ver fundada no Brasil, como foi na América do Norte em 1776, uma república livre, e já se falava nisso sem se fazer segredo. É claro, provavelmente essa república não alcançasse toda a colônia, mas tornaria livre as Minas Gerais dos patriotas mineiros. O Cônego Luiz Vieira da Silva, segundo declarou um depoente no auto de perguntas da inquirição-devassa, era o “mestre da aula” em tais conversações, o que mais gosto e complacência mostrava em discorrer sobre o assunto. Lógico, quem lê sobre liberdade quer ser livre. Eduardo ainda destaca outro depoente:

[...] o irlandês Nicolau Jorge, que se achou envolvido no processo, ao ser interrogado sobre se não se recordava de ter falado acerca da sublevação da América Inglesa, declarou que a esse respeito só conversava algumas vezes com o Cônego Luís Vieira da Silva, “por ser o dito cônego muito instruído e noticioso, o qual sempre se punha da parte dos Franceses e ele respondente da dos Ingleses (FRIEIRO, 1981, p. 39).

O Cônego se voltava para os assuntos da História. Principalmente pelo seu interesse pelas ciências Naturais e pela Geografia, a qual História confirma, e a Geografia também contribui na História. Em sua biblioteca havia muitos livros que confirmam esse interesse e dedicação a História. Seguindo o escrutínio feito por Eduardo Frieiro, dentre essas obras tem-se o *Nouveau Dictionnaire historique*, em seis volumes, sem indicação de autoria; representando os antigos tinha-se César e Suetônio; dois volumes de *Rationarium temporum*, do sábio jesuíta do século XVII, Dénys Petau (Petavius), especialista em cronologia religiosa.

A maior parte era em francês, dentre elas, uma *Histoire générale*, em cinco volumes; de Hugo, historiador loreno, oito volumes de suas obras, talvez completas; De Bossuet, duas obras: *Discours sur l’histoire universelle* e *Histoire des variations des églises protestantes*; a *Histoire des découvertes et des conquêtes des Portugais dans le Nouveau Monde*, dois volumes, pelo jesuíta Joseph-François Lafitau. Em italiano, uma *Istoria del Regno di Luigi XIV*, em quatro volumes, sem autor declarado na relação dos autos, e a *Istoria civile del Regno di Napoli*, do erudito historiador napolitano Pietro

Gianonne, que continha violentos ataques ao poder temporal dos papas. Voltaire foi o guia, mestre e inspirador dos três grandes historiadores ingleses, seus contemporâneos: Hume, Robertson e Gibbon. Só esse último não se achava na livraria do Cônego.

De Hume tinha-se, em francês, a *Histoire de la Maison d'Autriche*, em seis tomos e a *Histoire de la Maison des Tudor*, também em seis tomos. De Robertson, também em francês, tinha-se a *Histoire d'Ecosse*, em três volumes, a *Histoire du Règne de l'Empereur Charles-Quint*, em seis volumes, e *Histoire de l'Amérique*, em quatro volumes. Essa última obra permitia conhecer melhor a História da conquista e colonização da América, principalmente no México e Peru. Sobre história da Igreja tinha-se a obra de Bonaventura Racine, em destaque pela extensão, *Abrégé de l'histoire ecclésiastique*, em treze volumes; a obra *Discours sur l'histoire ecclésiastique*, do Padre Fleury, a melhor história da Igreja que já foi feita, na opinião de Voltaire, mas posta no Index por estar contaminada de galicanismo; do Padre Fleury havia ainda as obras intituladas *Moeurs des Israélites* e *Moeurs des Chétiens*, obras então clássicas; o *Discurso sobre a história eclesiástica*, em três volumes, por Carlos Mendes Barreto, e a *História eclesiástica*, também em três volumes, pelo teólogo italiano J. L. Berti, autor também da obra *De theologicis disciplinis*, também em posse do Cônego, que suscitou numerosas controvérsias.

Além desses, também pode-se acrescentar, por estarem relacionadas à história geral da Igreja, *Confrontação da doutrina da Igreja com a doutrina dos jesuítas*; *Concilium de Tridentinum* de Galemart; o *Dictionnaire historique des cultes religieux*, em cinco volumes e o *Dictionnaire historique des hérésies*, em dois volumes, entre outras obras nesse sentido. Entre os cronistas historiadores portugueses estavam Barros e Diogo do Couto, quinze volumes das *Décadas*; o arqueólogo Lúcio André de Rezende, com *De Antiquitatibus Lusitanae*; Cristóvão Alão de Morais, com oito volumes da *Genealogia das Famílias de Portugal*; D. Antônio Caetano de Sousa, com as *Memórias históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*; o Padre Antônio Pereira de Figueiredo, com o *Compêndio das Épocas e Sucessos da História Geral*, e Pedro de Sousa Castelo

Branco, com cinco volumes dos Elementos da História. O Cônego Luiz Vieira da Silva era entregue a história pelo que se nota nas obras mencionadas acima. Portanto, concordamos com Eduardo Frieiro (1981) ao afirmar que o Cônego se aplicava realmente aos estudos históricos e era um “cultor apaixonado da História”. Faz jus ao seu espírito de inquietude e aspiração por exploração do conhecimento.

As ideias francesas contagiavam alguns distintos personagens da colônia portuguesa a partir da divulgação daquele período. É claro que, como em qualquer parte, esses representavam uma reduzida minoria. Era privilégio para poucos o conhecimento a respeito da ciência política. Mas não se pode negar que esses ideais influenciaram no pensamento autonomista dos conjurados mineiros, junto com as razões mais efetivas, no sentido econômico, como o medo da derrama, o sentimento nativista e regionalista, junto com a aversão aos portugueses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é apontado por Eduardo Frieiro (1981), a Ilustração que chegou, com um pouco mais de demora aos países católicos e teocráticos, como Portugal, Espanha e Itália, não era revolucionária nem irreligiosa, como a francesa. Nascido na Inglaterra, no começo dos Setecentos, o movimento cultural conhecido como das Luzes, Ilustração, Iluminismo racionalista ou, em alemão, *Aufklärung*, havia se propagado mais rápido nos países com maior emancipação do pensamento moderno. No entanto, a exemplo da ilustração francesa, essa ilustração era reformista e pedagógica, fundada na crença mística de que a felicidade dos povos só podia encontrar-se no saber, no progresso intelectual, no desenvolvimento das ciências e nos conselhos da lógica e da razão.

Na Espanha, o mais sério campeão do reformismo foi o padre beneditino Benito Feijoo. E, em Portugal, dentre outros, foi Luís Antônio Verney, autor de obras que foram encontradas na biblioteca do Cônego; sendo elas, as *Obras* uma, e a outra, a *Lógica*. As autoridades civis e

eclesiásticas proibiam esses livros perniciosos e subversivos, mas, os homens responsáveis eram os primeiros a dar o mau exemplo.

A exemplo dos livros expostos que habitavam a biblioteca do Cônego, entre eles se acham bem representados a ciência política e a filosofia social da época. Lia-se Rousseau, Voltaire, Raynal. O livro de Rousseau, o *Contrato Social*, destaca Eduardo Frieiro, “andava de mão em mão no Brasil, como em toda a América” (1981, p. 47). E esses não eram os únicos a serem lidos no Brasil. Ouro Preto, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco eram centros intelectuais onde havia pessoas que estavam a par das ideias europeias. Nas décadas finais do século XVIII, as duas primeiras do próximo, os homens instruídos, que geralmente eram minoria, liam, além dos anteriores e outros autores, Mably, Montesquieu, Burlamaqui, Vattel, Morelly, Turgot, Brissot, Volney etc.

Essa conexão que o Cônego mantinha com diversas áreas do conhecimento e, principalmente, com o pensamento francês, permitiu que Luiz Vieira tivesse motivos para sonhar com uma independência. Sendo parte desse seleto grupo de ilustrados, Luiz Vieira da Silva é definido por Eduardo Frieiro como “[...] um filho da Ilustração, como todos ou quase todos os inconfidentes mineiros e como tantos outros brasileiros esclarecidos e descontentes, em fins do século XVIII e princípios do seguinte” (1981, p. 51). Luiz Vieira era um “*afrancesado*” que conhecia o pensamento social e político e a ação pedagógica do iluminista racionalista Luís Antônio Verney.

Apesar do seu estado de pobreza, além de habitar no interior da mal povoada Capitania das Minas, o Cônego da Sé de Mariana foi um leitor surpreendente que soube alimentar, com fartura e variedade, o seu apetite por livros, e sua fome de saber. Foi um homem “instruído e noticioso”, como relatado por uma testemunha da inquirição-devassa. Frieiro (1981), afirma que, pelos livros que tinha em casa, pode-se imaginar que era um espírito forte, o que não impede de admitir que fosse um sacerdote exato e de firme crença católica. E assim, tanto lia Voltaire, como lia o seu contendor principal, o jesuíta Nonotte. Luiz Vieira lia livros de teologia e apologética católica e lia obras pouco simpáticas ou mesmos hostis à Igreja romana.

Por fim, demonstrou-se o que lia, e como lia bem, um brasileiro ilustrado de fins do século XVIII, ou o mais ilustrado de todos, como afirmou Alberto Faria. Logo, sobre o Cônego da Sé de Mariana, Luiz Vieira da Silva, concordamos com Eduardo Frieiro em seu apontamento: “Homem de seu século, eis o que foi sem dúvida o Cônego Vieira da Silva. E o século XVIII não era destrutivo nem antirreligioso. Almejava, sim, um mundo melhor, livre, tolerante, mais atento às realidades físicas que às abstrações metafísicas” (1981, p. 53). O cônego cumpriu o sonho das luzes, conforme a perspectiva de Chartier, lançando mão de todos os livros que pôde. O ensino de História nas mídias, em um ato de tornar público os debates da História, está dentro do ponto de vista de Chartier das possibilidades de participação do leitor que a revolução eletrônica dos textos traz, sustentando um discurso claro, mas científico, ao levar critérios em consideração. Então, “um novo espaço crítico e político nasce desse exercício público[...]” (1998, p. 133).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTOS da Devassa da Inconfidência Mineira. Introdução: Lafayette Luiz Doorgal de Andrade. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – *Coleção Minas de História e Cultura* – v. II, 2016, pp. 49-58. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/21494>. Acesso em: 05 de setembro de 2022.

CARVALHO NETO, P. J.; SILVA, M.; FERNANDES, L. (2020). A História Pública que queremos: entrevista com Ricardo Santhiago. *Epígrafe*, v. 08, n. 09, p. 283-331, 2020. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/167864>. Acesso em: 03 de setembro de 2022.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: editora Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A Aventura do Livro: do leitor ao navegador*. Tradução: Reginaldo Carmello Correa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

KRAMBECK, Isis Muller; PRIORI, Claudia. Divulgação Científica e Mídias Sociais: a relação entre públicos e história – Entrevista com Joel Paviotti. *Revista História Hoje*, v. 10, no 19, p.

180-188, 2021. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/761>. Acesso em: 03 de setembro de 2022.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na Livraria do Cônego*. São Paulo: editora Itatiaia, 1981.

PARIS, Edmond. *A História Secreta dos Jesuítas*. Tradução: Josef Sued. Ed. Chick Publicações, 2000.

SOUZA, Lucas Scarpini de. A História pública e divulgação de história: um exercício de divulgação e boas mídias. *Ensino & Pesquisa*, União da Vitória, v. 18, n. 2, 2020. p. 142-145, maio/jul, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/3731>. Acesso em: 03 de setembro de 2022.